

BW GUIRAPÁ I.S.A. E CONTROLADAS									
RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO									
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração da BW Guirapá I.S.A. tem a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia em consonância com a legislação em vigor, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.									
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - (Valores expressos em milhares de reais - R\$)									
ATIVO	Controladora				Consolidado				
	NE	2021	2020	2021	2020	NE	2021	2020	
CIRCULANTE									
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.201	1.932	80.777	21.191				
Contas a receber	7	-	-	9.720	8.971				
Dívidas a receber	8	64	-	-	-				
Outros	522	470	-	5.475	4.003				
Total do ativo circulante	1.787	2.402	-	95.972	34.165				
NÃO CIRCULANTE									
Depósitos vinculados	13	13.324	-	28.859	63.491				
Investimentos	8	454.517	459.789	-	-				
Imobilizado	9	949	533	676.366	679.867				
Intangível	10	-	-	10.034	10.522				
Direito de uso em arrendamento	11	-	-	11.860	11.472				
Total do ativo não circulante		468.790	460.322	727.119	765.352				
TOTAL DOS ATIVOS		470.577	462.724	823.091	799.517				
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora				Consolidado				
	NE	2021	2020	2021	2020	NE	2021	2020	
CIRCULANTE									
Fornecedores	13	19	35	4.140	2.945				
Financiamentos	13	-	-	25.456	28.120				
Impostos e contribuições sociais	12	9	2	796	647				
Contas de ressarcimento CCEE	12	-	-	24.896	19.335				
Arrendamentos a pagar	15	-	-	788	795				
Outras contas a pagar	25	3	-	1.472	388				
Total do passivo circulante	53	40	-	57.548	52.230				
NÃO CIRCULANTE									
Financiamentos	13	-	-	231.997	254.719				
Contas de ressarcimento CCEE	12	-	-	24.619	12.247				
Provisão para custos com desmobilização	14	-	-	41.462	7.494				
Arrendamentos a pagar	15	-	-	10.257	10.143				
Partes relacionadas	23	13.316	-	-	-				
Total do passivo não circulante	13.316	-	-	308.335	284.603				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Capital social integralizado	16	604.389	604.389	604.389	604.389				
Prejuízos acumulados	(147.181)	(141.705)	(147.181)	(141.705)					
Total do patrimônio líquido	457.208	462.684	457.208	462.684					
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	470.577	462.724	823.091	799.517					
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.									

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - INDIVÍDUAS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)									
1. INFORMAÇÕES GERAIS - A BW Guirapá I.S.A. ("Companhia"), com sede na Avenida Dácio Oliveira, 889, Caetité - BA, foi constituída em 1º de fevereiro de 2012, tendo como objetivo a participação no capital de outras sociedades que tenham como objeto o segmento de energia elétrica. AAlta como empresa "holding" destinada, exclusivamente, aos investimentos relacionados ao empreendimento denominado "Complexo Guirapá", composto por sete parques eólicos ("Centrais Eólicas") com o objetivo de geração de energia elétrica com finalidade comercial, sendo localizada nos municípios de Pindamonhangaba e Itaipava, no Estado da Bahia. A Companhia é 100% controlada pela Cia de Ferro Ligas da Bahia S.A. - FERBASA (Ferbusa). Segundo as Portarias do Ministério de Minas e Energia ("MME"), abaixo detalhadas, as companhias estão autorizadas a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos a partir de fevereiro de 2012. Em regime de arrendamento, tem toda a sua produção contratada com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), no âmbito do Leilão de Reserva - 2011 ("LER 2011"), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), no ambiente regulado com a CCEE, por meio do qual venderão toda sua produção de energia elétrica, por um prazo de 20 (vinte) anos. As Centrais Eólicas tiveram seu início de período de suprimento concenado com a data da disponibilização das instalações da transmissão da subestação SE Pindal II, que ocorreu em 16 de novembro de 2015. A seguir, um resumo das características operacionais de cada uma das Centrais Eólicas:									
	Capacidade instalada (MW) (*)	1ª Portaria de Autorização do MME (1º ano do 2º quadrênio)	Energia contratada 1º ano do 2º quadrênio (MWmed) (2º ano do 2º quadrênio)	Energia contratada 2º ano do 2º quadrênio (MWmed) (3º ano do 2º quadrênio)	Energia contratada 3º ano do 2º quadrênio (MWmed) (4º ano do 2º quadrênio)	Preço inicial do contrato (R\$/MWh)	Preço atualizado (R\$/MWh)		
Central Eólica Angical	12,95	37, de 03/02/2012	6,0	5,6	5,6	99,98	172,87		
Calituiti	22,2	54, de 09/02/2012	10,5	10,4	10,4	99,98	172,87		
Coqueirinho	29,6	53, de 09/02/2012	13,5	12,9	12,9	98,91	167,66		
Corrupião	27,75	70, de 22/02/2012	13,7	12,9	12,9	96,97	167,66		
Inhambu	31,45	69, de 22/02/2012	15,5	15,5	15,5	96,97	167,66		
Tamandua Mirim	29,6	52, de 09/02/2012	13,6	13,2	13,2	96,97	167,66		
Teiú	16,65	36, de 03/02/2012	8,2	7,7	7,7	99,98	172,87		
	170,2		81,0	78,8	78,8				

(*) Conforme Portaria de Autorização MME.

(1) Autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos desde a 1ª Portaria do MME - Ministério de Minas e Energia. A 2ª Portaria alterou as características técnicas para adequar a realidade dos parques. (2) Valor atualizado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") de julho de 2011. Valores atualizados pela CCEE data-base julho de 2021. (3) O contrato de compra e venda, o 2º quadrênio compreende o período entre julho de 2019 e junho de 2022, sendo cada ciclo anual iniciado em julho e finalizado em junho do ano seguinte. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em 8 de abril de 2022. 1.1. COVID-19 (CORONAVÍRUS) - O senso de urgência do primeiro ano de enfrentamento da pandemia cedeu lugar a um cenário de atenção continuada em 2021. Na companhia, as medidas preventivas foram preservadas, sob o balizamento de equipe médica da Companhia, além da contratação de uma consultoria especializada em infelctologia. Os protocolos médico e sanitário foram adaptados para a nova realidade, principalmente considerando a evolução da vacinação. Ao final do período, o balanço foi de 100% dos colaboradores vacinados com a 1ª e a 2ª doses. A Administração da Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças de circunstâncias que indiquem a necessidade de constituição de provisão de "Impairment" de seus ativos, descontinuidade operacional, ou que requeiram ajustes nas suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação e apresentação** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas na Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação das políticas contábeis. Aqueles áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 3. **2.2. Base de consolidação** - As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2021 e 2020, cujas participações são apresentadas a seguir:

Companhia	Participação direta
Central Eólica Angical S.A.	100,00%
Central Eólica Calituiti S.A.	100,00%
Central Eólica Coqueirinho S.A.	100,00%
Central Eólica Corrupião S.A.	100,00%
Central Eólica Inhambu S.A.	100,00%
Central Eólica Tamandua Mirim S.A.	100,00%
Central Eólica Teiú S.A.	100,00%

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados, se aplicável, em transações entre companhias do grupo são eliminados. As práticas contábeis e os períodos contábeis das demonstrações das controladas são idênticos aos da controladora. A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes das investidas. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários à vista, aplicações financeiras com liquidez imediata com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4. Contas a receber** - As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras; (ii) instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, nas não apresentam evidência objetiva de "Impairment"; e (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de "Impairment" em 31 de dezembro 2021 (nota explicativa nº 7). O ajuste a valor presente do saldo de conta a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização. **2.5. Ativos e passivos financeiros** - Ativos financeiros - Ativos financeiros são classificados, no relatório financeiro, como ativos financeiros, com base no valor justo por meio do resultado. (i) Custo amortizado. Os instrumentos financeiros líquidos desse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o conta a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa mantido pela Companhia e suas controladas. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período. (ii) Mensurados a valor justo por meio do resultado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado. (a) Reconhecimento e mensuração - As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de aquisição. O custo líquido de aquisição é determinado pela diferença entre o preço de aquisição e o resultado líquido. A transação para todos os ativos financeiros não classificados como o valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa foram vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios associados aos ativos financeiros. (b) "Impairment" de ativos financeiros - A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante líquido a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e controladas consideram informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na análise histórica da Companhia e de suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. Para exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foi identificado "Impairment" para ativos financeiros. (c) Desreconhecimento de ativos financeiros - Quando o custo amortizado de um ativo financeiro for maior que o valor justo, a Companhia e suas controladas desreconhecem o ativo financeiro. Os passivos financeiros - Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas são representados por empréstimos e financiamentos e fornecedores, os quais são classificados na categoria de outros passivos financeiros. A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retratada, cancelada ou expira. A Companhia e controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **2.6. Investimentos em controladas** - Os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, ou seja, a participação nos ativos líquidos da investida, levando em conta os dividendos recebidos das eliminações de capital e de outros derivados. **2.7. Imobilizado** - O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados e custos socioambientais e de desmobilização (nota explicativa nº 14). Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os custos repetidos de manutenção são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, que é estimada com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL por meio da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009, alterada pela Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, limitada ao período e autorização vigente do parque eólico. **2.8. Intangível** - Composto pelos direitos de uso de ativos para exploração e servidão pagos durante a construção dos parques eólicos. Para os contratos em que a Companhia e suas controladas atuam como contratantes, os pagamentos foram capitalizados no valor intangível desde o início do contrato e, após a entrada em operação, passou a ser amortizado pelo período remanescente da autorização vigente do parque eólico. **2.9. Arrendamentos** - A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **2.9.1. Direito de uso em arrendamento** - (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remuneração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento decorrentes, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamento no início do período de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **2.9.2. Arrendamentos a pagar** - Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam tanto na mensuração inicial quanto na remuneração taxas nominais observáveis. **2.9.3. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor** - A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.10. "Impairment" de ativos não financeiros** - Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados anualmente para a verificação de "Impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "Impairment" é reconhecida quando o valor contábil excede seu valor recuperável, que representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do "Impairment", os ativos são agrupados considerando o complexo inteiro como um todo. A Companhia realizou teste formal de "Impairment" na BW Guirapá e não identificou necessidade de provisão. **2.11. Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes ou o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.12. Financiamentos** - Estão demonstradas pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até as datas das demonstrações financeiras (custo amortizado), líquido dos custos de transação. Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros foram capitalizados no ativo imobilizado, durante a etapa de construção do parque eólico. Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses após a data de início da transação. **2.13. Contas a receber** - Estão demonstradas pelo valor de contratação, acrescidos dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até as datas das demonstrações financeiras (custo amortizado), líquido dos custos de transação. Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros foram capitalizados no ativo imobilizado, durante a etapa de construção do parque eólico. Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses após a data de início da transação. **2.14. Impostos e contribuições sociais** - Estão demonstradas pelo valor de contratação, acrescidos dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até as datas das demonstrações financeiras (custo amortizado), líquido dos custos de transação. Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros foram capitalizados no ativo imobilizado, durante a etapa de construção do parque eólico. Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses após a data de início da transação. **2.15. Contas a receber** - Estão demonstradas pelo valor de contratação, acrescidos dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até as datas das demonstrações financeiras (custo amortizado), líquido dos custos de transação. Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros foram capitalizados no ativo imobilizado, durante a etapa de construção do parque eólico. Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses após a data de início da transação. **2.16. Investimentos em controladas** - Os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, ou seja, a participação nos ativos líquidos da investida, levando em conta os dividendos recebidos das eliminações de capital e de outros derivados. **2.7. Imobilizado** - O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados e custos socioambientais e de desmobilização (nota explicativa nº 14). Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os custos repetidos de manutenção são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, que é estimada com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL por meio da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009, alterada pela Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, limitada ao período e autorização vigente do parque eólico. **2.8. Intangível** - Composto pelos direitos de uso de ativos para exploração e servidão pagos durante a construção dos parques eólicos. Para os contratos em que a Companhia e suas controladas atuam como contratantes, os pagamentos foram capitalizados no valor intangível desde o início do contrato e, após a entrada em operação, passou a ser amortizado pelo período remanescente da autorização vigente do parque eólico. **2.9. Arrendamentos** - A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **2.9.1. Direito de uso em arrendamento** - (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remuneração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento decorrentes, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamento no início do período de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **2.9.2. Arrendamentos a pagar** - Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam tanto na mensuração inicial quanto na remuneração taxas nominais observáveis. **2.9.3. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor** - A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.10. "Impairment" de ativos não financeiros** - Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados anualmente para a verificação de "Impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "Impairment" é reconhecida quando o valor contábil excede seu valor recuperável, que representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do "Impairment", os ativos são agrupados considerando o complexo inteiro como um todo. A Companhia realizou teste formal de "Impairment" na BW Guirapá e não identificou necessidade de provisão. **2.11. Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes ou o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.12. Financiamentos** - Estão demonstradas pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até as datas das demonstrações financeiras (custo amortizado), líquido dos custos de transação. Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros foram capitalizados no ativo imobilizado, durante a etapa de construção do parque eólico. Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses após a data de início da transação. **2.13. Contas a receber** - Estão demonstradas pelo valor de contratação, acrescidos dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até as datas das demonstrações financeiras (custo amortizado), líquido dos custos de transação. Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros foram capitalizados no ativo imobilizado, durante a etapa de construção do parque eólico. Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses após a data de início da transação. **2.14. Impostos e contribuições sociais** - Estão demonstradas pelo valor de contratação, acrescidos dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até as datas das demonstrações financeiras (custo amortizado), líquido dos custos de transação. Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros foram capitalizados no ativo imobilizado, durante a etapa de construção do parque eólico. Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses após a data de início da transação. **2.15. Contas a receber** - Estão demonstradas pelo valor de contratação, acrescidos dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até as datas das demonstrações financeiras (custo amortizado), líquido dos custos de transação. Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros foram capitalizados no ativo imobilizado, durante a etapa de construção do parque eólico. Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses após a data de início da transação. **2.16. Investimentos em controladas** - Os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, ou seja, a participação nos ativos líquidos da investida, levando em conta os dividendos recebidos das eliminações de capital e de outros derivados. **2.7. Imobilizado** - O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados e custos socioambientais e de desmobilização (nota explicativa nº 14). Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os custos repetidos de manutenção são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, que é estimada com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL por meio da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009, alterada pela Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, limitada ao período e autorização vigente do parque eólico. **2.8. Intangível** - Composto pelos direitos de uso de ativos para exploração e servidão pagos durante a construção dos parques eólicos. Para os contratos em que a Companhia e suas controladas atuam como contratantes

Continuação BW GUIRAPÁ I S.A. E CONTROLADAS - CNPJ nº 15.105.895/0001-04

11. DIREITO DE USO EM ARRENDAMENTO (CONSOLIDADO) - A movimentação do direito de uso de terrenos, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi a seguinte:

	Terrenos	Edificações	Total
Custo			
Saldo em 31/12/2019	10.166	154	10.320
Remensuração	1.987	32	2.019
Saldo em 31/12/2020	12.153	186	12.339
Remensuração	956	(3)	953
Saldo em 31/12/2021	13.109	183	13.292
Depreciação			
Depreciação em 31/12/2019	(309)	(32)	(341)
Adições no exercício	(490)	(36)	(526)
Depreciação em 31/12/2020	(799)	(68)	(867)
Adições no exercício	(528)	(37)	(565)
Depreciação em 31/12/2021	(1.327)	(105)	(1.432)
Saldo líquido em 31/12/2020	11.354	118	11.472
Saldo líquido em 31/12/2021	11.782	78	11.860

Os montantes reconhecidos na adoção inicial no montante consolidado de R\$953 (R\$2.019, 2020) não afetaram as demonstrações de fluxo de caixa.

12. CONTAS DE RESSARCIMENTO - CCEE (CONSOLIDADO)

	2021	2020
Saldo inicial	31.582	8.788
Inferior a 90%	2.651	2.130
De 90% a 99,99%	14.896	20.090
Reversão (nota 19)	(5.032)	-
Atualização	5.418	574
	49.515	31.582
Circulante	24.896	19.335
Não circulante	24.619	12.247

Corresponde ao valor da energia não entregue prevista no contrato de concessão (nota explicativa nº 1). O acerto financeiro do montante inferior a 90% da energia contratada será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte valorado a 115% da tarifa vigente. O valor da energia não entregue dentro da faixa 90% a 99,99% da energia contratada será liquidado em 12 parcelas a partir do mês subsequente ao quadriênio, iniciado em julho de 2018 e a findar em junho de 2022, valorado ao preço da tarifa vigente. Adicionalmente, os pagamentos dos ressarcimentos anuais e quadriêniais encontram-se suspensos até decisão final da Audiência Pública No 034/2019, conforme Despacho ANEEL nº 2.303 de 20 de agosto de 2019 e conforme Comunicado Ordinário CCEE CO 777/2021, de 22 de outubro de 2021, a CCEE dará andamento aos processamentos referentes ao cálculo da energia não fornecida por "Constrained-off" de usinas eólicas, objeto de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR por disponibilidade e Contratos de Energia de Reserva - CER, conforme a publicação do Despacho Aneel nº 3.080 de 2021. No dia 26 de novembro de 2021, a CCEE informou aos agentes que postergou os processamentos de cálculos de energia não fornecida por "Constrained-off" por conta do tempo para validação de parâmetros de entrada com o ONS e no dia 31 de janeiro de 2022, a CCEE solicitou 2 ajustes na metodologia de cálculo e aguarda aprovação da ANEEL. 13. FINANCIAMENTO (CONSOLIDADO) - Em 6 de outubro de 2015 as Centrais Eólicas assinaram, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), os contratos de financiamento de construção do parque eólico. O financiamento está distribuído pelas SPEs da seguinte forma:

Centrais Eólicas	Nº do contrato	Subcrédito A	Subcrédito B	Subcrédito C	Total
Angical	15.2.0345.1	R\$22.474	R\$6.342	-	R\$28.816
Calititu	15.2.0346.1	R\$39.330	R\$11.098	-	R\$50.428
Coqueirinho	15.2.0347.1	R\$49.446	R\$14.268	-	R\$63.714
Corrupião	15.2.0348.1	R\$46.080	R\$14.480	-	R\$60.560
Inhambu	15.2.0344.1	R\$69.391	R\$16.382	R\$1.945	R\$87.718
Tamandua Mirim	15.2.0349.1	R\$50.942	R\$14.374	-	R\$65.316
Teiú	15.2.0343.1	R\$25.741	R\$8.667	-	R\$34.408

Para todas as controladas, a taxa de juros dos contratos é de 2,65% a.a. mais a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), com pagamentos mensais e sucessivos, vencendo o primeiro em 15 de dezembro de 2015 e o último em 15 de abril de 2032. As controladas tem como obrigações relevantes cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial; apresentação ao BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta; bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Essas cláusulas foram atendidas. A Companhia também deve manter, durante toda a vigência do contrato, o índice de cobertura do serviço da dívida consolidado anualmente para todo o grupo a partir de 1,30, que em 31 de dezembro de 2021 foi atendido. As garantias oferecidas para o pagamento da dívida foram: penhor das ações da Companhia, penhor das ações da Controladora, penhor de direitos creditórios (contrato de O&M), penhor de direitos emergentes (autorização de produtora independente), penhor de máquinas e equipamentos (aerogeradores), cessão fiduciária de direitos creditórios (receitas de venda de energia e do CER e constituição de contas reservas) e fiança bancária. A Companhia ao apurar lucro líquido, deve destinar ao acionista um dividendo mínimo obrigatório de 10% conforme estatuto social, mediante aprovação prévia do BNDES. a) Movimentação dos financiamentos - A movimentação da conta de financiamentos foi a seguinte:

	2021	2020
Saldo inicial	282.839	308.267
Encargos de dívidas - juros e variação monetária	19.824	22.229
Amortização do principal	(25.823)	(25.821)
Pagamento de juros	(19.842)	(22.293)
Apropriação de custo - Imposto sobre Operações Financeiras ("IOF") sobre financiamento	455	457
Saldo final	257.453	282.839
Apresentados como:		
Circulante	25.456	28.120
Não circulante	231.997	254.719
	257.453	282.839

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	2021	2020
2022	-	25.446
2023	25.911	25.446
2024	25.911	25.446
2025	25.911	25.446
2026	25.911	25.446
2027 em diante	128.353	127.489
	231.997	254.719

b) Depósitos vinculados

	Controladora	Consolidado
	2021	2020
Depósitos vinculados	13.324	28.859

No Consolidado refere-se ao depósito vinculado no montante de R\$28.859 (63.491 em 31 de dezembro de 2020) para garantia do pagamento do financiamento com o BNDES, mantido em fundo de investimento junto ao Banco Itaú, com meta de remuneração de 100% do CDI. Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor deste contas reservas, com recursos vinculados, no valor correspondente a três meses do serviço da dívida e contrato de O&M. Em 2020, existia uma conta reserva especial destinada a receber a totalidade dos recursos excedentes advindos da atividade operacional de acordo com o contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, porém em junho de 2021 o BNDES autorizou a extinção dessa Conta Reserva Especial e a constituição de cessão fiduciária incidente sobre os créditos depositados nessa conta. Com isso, a premissa de cálculo do ICSD foi alterada e as aplicações antes existentes nas contas Reserva Especial das SPE's, foram transferidas e concentradas na BW Guirapá (controladora) no montante de R\$13.324. 14. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS E DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS (CONSOLIDADO) - A Companhia utiliza julgamentos e premissas quando mensura suas obrigações referentes à provisão para fechamento de parques eólicos, assim como a desmobilização dos ativos atrelados às suas operações. Do montante provisionado, não estão deduzidos os custos potencialmente cobertos por seguros ou indenizações, porque sua recuperação é considerada incerta. A movimentação da provisão para desmobilização está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Não circulante		
No início do exercício	7.494	7.494
Complemento provisão desmobilização	33.968	-
Total	41.462	7.494

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia contratou empresa de consultoria especializada para revisão da estimativa da provisão para desmobilização dos parques eólicos considerando os custos de desmontagem dos equipamentos e obras civis. Em 31 de dezembro de 2021 o passivo ambiental referente à desmobilização dos parques eólicos foi reavaliado no montante de R\$41.462, exigindo um complemento no montante de R\$33.968 em contrapartida do ativo imobilizado, a partir da melhor estimativa dos

15. ARRENDAMENTOS A PAGAR (CONSOLIDADO) - A movimentação do passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi a seguinte:

	Terrenos	Edificações	Total
Saldo em 31/12/2019	9.491	122	9.613
Remensuração	1.987	32	2.019
Pagamentos	(752)	(37)	(789)
Realização AVP	91	4	95
Saldo em 31/12/2020	10.817	121	10.938
Remensuração	956	(3)	953
Pagamentos	(974)	(44)	(1.018)
Realização AVP	165	7	172
Saldo em 31/12/2021	10.964	81	11.045
Circulante			788
Não circulante			10.257

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	2021	2020
2023	798	806
2024	806	3.269
2025 a 2029	2.110	2.656
2030 a 2034	536	2.110
2035 a 2039	82	536
2040 a 2044	-	82
2045 em diante	-	-
Total	10.257	10.257

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$604.389 (2020, R\$604.389), composto por 1.001.385 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas, sem valor nominal, todas subscritas e integralizadas. b) Destinação dos lucros - Aos acionistas é garantido, estatutariamente, um dividendo mínimo obrigatório de 10% do lucro líquido, mediante a aprovação prévia do BNDES durante o prazo do financiamento (nota explicativa nº 13), ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações e o excedente será destinado à formação de reserva para investimentos e expansão.

c) Prejuízo por ação

	2021	2020
Prejuízo do exercício	(5.476)	(11.461)
Média ponderada das ações	1.001.385	1.001.385
Prejuízo por lote de mil ações básico em R\$	(5,47)	(11,45)

17. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE ENERGIA (CONSOLIDADO)

	2021	2020
Receita com geração de energia	97.250	86.585
Impostos sobre receita:		
PIS	(724)	(692)
COFINS	(3.342)	(3.195)
Receita líquida	93.184	82.698

18. CUSTOS COM GERAÇÃO DE ENERGIA (CONSOLIDADO)

	2021	2020
Depreciação	(40.002)	(39.593)
Depreciação de arrendamentos	(565)	(526)
Amortização	(691)	(691)
Transmissão de Energia	(5.686)	(5.311)
Encargos de uso do sistema e controle operação, taxa associativa (ONS, CHESF e CCEE)	(768)	(797)
Operação e manutenção da usina	(23.359)	(18.884)
Outros	(63)	-
	(71.134)	(65.802)

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora	Consolidado
	2021	2020
Despesas com pessoal	-	(3.036)
Penalidades (i)	-	(2.651)
Serviços de terceiros	(240)	(155)
Impostos e taxas	(58)	(88)
Depreciações	(16)	(8)
Equivalência patrimonial	(5.208)	(10.709)
Reversão Constrained-Off (ii)	-	5.032
Sinistro seguro	-	-
Outras	(1)	(154)
	(5.523)	(11.114)

(i) Vide notas explicativas nº 2.13 e nº 12.
(ii) Em outubro de 2021, a Companhia realizou a reversão de provisão de ressarcimento e penalidade no montante de R\$5.032 com base na Nota Técnica 110/2021 da ANEEL que estabeleceu a Regra de Comercialização que estabelece Metodologia para Cálculo de Energia não Fornecida Decorrente de Constrained-off de Usinas Eólicas.

20. RESULTADO FINANCEIRO (CONSOLIDADO)

	2021	2020
Receitas e despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(19.824)	(22.175)
IOF empréstimo BNDES	(455)	(457)
Encargos financeiros sobre financiamento	(20.279)	(22.632)
Variação monetária passiva de provisões	-	-
Outras despesas financeiras	(6.480)	(1.542)
Despesas financeiras	(26.759)	(24.174)
Receita de juros de aplicações financeiras	4.464	1.569
Outras receitas financeiras	3	20
Receitas financeiras	4.467	1.589
Resultado financeiro	(22.292)	(22.585)

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - A Companhia realiza a sua apuração com base no lucro real. Adicionalmente, em função do empreendimento industrial instalado na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Companhia usufrui do benefício fiscal de redução do imposto de renda, com percentual de redução de 75% sobre o imposto de renda e adicionais não restituíveis, incidente nas receitas da geração de energia elétrica, no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027, conforme Laudos Constitutivos de nº 487, 488, 489, 490, 491, 492 e 428/2018, substituídos pelos de nº 291, 292, 293, 300, 301, 302, e 303/2019. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apurou lucro tributável, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	Consolidado
	2021	2020
Prejuízo antes do IRPJ/CSLL	(5.476)	(11.461)
Alíquota combinada do IRPJ/CSLL	34%	34%
IRPJ/CSLL às alíquotas a legislação	1.862	3.897
Adições e exclusões		
Equivalência patrimonial	(1.771)	(3.641)
Outros	(91)	(256)
Efeito do prejuízo fiscal e base negativa não constituídos	-	(1.949)
Incentivo fiscal Sudene	-	307
IRPJ/CSLL	-	(356)

22. COBERTURA DE SEGUROS - A Companhia está inserida na cobertura de seguros contratada para os sete parques eólicos pela empresa "holding" BW Guirapá I S.A.: Seguro patrimonial com cobertura de riscos operacionais de R\$779.902 (R\$779.902 em 31 de dezembro de 2020) e de responsabilidade civil, empresarial e seguro fiança de R\$82.378 (R\$82.349 em 31 de dezembro de 2020). 23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - As principais transações com partes relacionadas estão relacionadas da seguinte forma: (a) No dia 22 de junho de 2021, o BNDES autorizou a extinção das Contas Reserva Especial da Holding e SPE e a criação da Conta Reserva de Complementação do ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) e a constituição de cessão fiduciária incidente sobre os créditos depositados nessa conta. Com isso, a premissa de cálculo do ICSD foi alterada e as aplicações antes existentes nas contas Reserva Especial das SPE's, foram transferidas e concentradas na BW Guirapá.

	Angical	Coqueirinho	Coqueirinho	Corrupião	Inhambu	Tamandua Mirim	Teiú	Total
Passivo não circulante								
Saldo em 31/12/2020	-	896	1899	2.364	2.558	1.594	1.704	13.000
Adição	-	896	1899	2.364	2.558	1.594	1.704	13.000
Juros provisionados	-	22	46	58	62	38	42	316
Saldo em 31/12/2021	-	918	1.945	2.422	2.620	1.632	1.746	13.316

(b) Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Estrutura Administrativa das atividades corporativas entre Ferbasa e BW:

	2021	2020
Partes relacionadas - despesas gerais e administrativas		
Ferbasa	473	448

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que inclui os executivos e diretores da Companhia e suas controladas, totalizou R\$2.527 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$2.012 em 31 de dezembro de 2020), correspondendo a benefícios de curto prazo e encargos previdenciários. A Companhia e suas controladas não possuem planos de remuneração pós-emprego, de rescisão, ou baseada em ação ou outros benefícios de longo prazo. A remuneração do pessoal-chave da Administração no exercício de 2021 e 2020 foi efetuada pela Central Eólica Inhambu S.A e Central Eólica Corrupião S.A e pela Central Eólica Calititu S.A. 24. CONTINGÊNCIAS - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possui processos de natureza cível e administrativa, todos decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos e, também, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avaliou a expectativa do desfecho desses processos em andamento, entendendo não haver a necessidade de constituição de uma provisão para contingências. Os processos classificados como perda possível não são provisionados nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia possui processos classificados como risco possível com valor de causa atualizado atribuído de R\$1.167 (2020, R\$3.282), porém considerando o estágio do processamento da ação e entendimento dos assessores jurídicos da Companhia sobre o mérito da demanda, não possui valor de risco envolvido a ser considerado até o momento da emissão dessas demonstrações financeiras. 25. TRANSAÇÃO NÃO ENVOLVENDO CAIXA - Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto essa transação não está refletida nas demonstrações dos fluxos de caixa: • Em 2021: Direito de uso em arrendamentos conforme IFRS 16 no montante de R\$953, conforme nota explicativa nº 11. • Em 2021: Adição de provisão para desmobilização no montante de R\$33.968, conforme nota explicativa nº 9. • Em 2021: Dividendos a receber no montante de R\$64, conforme nota explicativa nº 8. • Em 2020: Direito de uso em arrendamentos conforme IFRS 16 no montante de R\$2.019, conforme nota explicativa nº 11.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eronildes Ferreira de Oliveira Filho - Presidente

Hulda de Souza Galvão - Vice-Presidente

Maria José de Oliveira Alves - Conselheira

Selma Diniz Andrade Vaccarezza - Conselheira

Renato Souza Miranda - Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da

BW Guirapá I S.A.

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BW Guirapá I S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BW Guirapá I S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações

financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 8 de abril de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audítores Independentes LTDA

CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA

Matheus Mezer Maia

Contador

CRC nº 1 CE 027557/O-4

Deloitte

110 BW Guirapa I S.A._Integra.pdf

Código do documento: 110



Assinado por:



EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130

Certificado Digital

E-mail: legal02@hmcontabilidade.com.br

Registro de Eventos:

13 abr. 2022, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 110

Criado por: Jandir Almeida. **E-mail:** jandir@atarde.com.br

DATE_ATOM: 2022-04-12T21:01:00-0300

22 nov. 2023, 14:59:01 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura de iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2023-11-22T11:59:01-0300

22 nov. 2023, 15:03:16 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130

E-Mail: legal02@hmcontabilidade.com.br

Emissor do Certificado: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC
DIGITALSIGN RFB G3

DATE_ATOM: 2023-11-22T12:03:16-0300

Hash do documento original

[SHA256] : b54a65fbbe17b23ecdf89d03b602c21c44e1baf7c56483e16265e7242b2465e6

[SHA512] : cf83e1357eefb8bdf1542850d66d8007d620e4050b5715dc83f4a921d36ce9ce47d0d13c5d85f2b0ff8318d2877eec2f63b931bd47417a81a538327af927da3e

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC DIGITALSIGN RFB G3